

A EDUCAÇÃO INDÍGENA GUARANI MBYÁ

GUARANI MBYÁ INDIGENOUS EDUCATION

Neiva Gabriel Fernandes¹

Resumo

Este trabalho é o resultado de uma investigação realizada durante o curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza, que teve como objetivo compreender como o povo Guarani Mbyá faz sua experiência de educação indígena em sua experiência vivida na Tekoá Araçaí, localizada no município de Piraquara, Paraná. É a sistematização da compreensão coletiva de nosso povo, relatado a partir da experiência pessoal, em diálogo com outros indígenas guaranis, e, com livros ou artigos que já sistematizaram um pouco de nossa cultura e lutas. Este trabalho apresenta o que o povo Guarani Mbyá comprehende por Educação Indígena que se refere à educação tradicional dos povos indígenas em suas comunidades, e, por Educação Escolar Indígena, que é uma instituição que garante o direito à educação básica dos povos indígenas. Elas se complementam e se nutrem no caminhar da resistência indígena.

Palavras-chave: Cosmovisão Guarani; Pedagogia Indígena; Educação Escolar Indígena.

Dossiê: Artigo Original: Recebido em 10/05/2025 – Aprovado em 27/11/2025 – Publicado em: 29/12/2025

¹ Licenciada em Educação do Campo, Ciências da Natureza pela Universidade Federal do Paraná. Piraquara, Paraná, Brasil. e-mail: arapoty2019@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8518-988X> (autora correspondente)

Abstract

This work is the result of an investigation carried out during the Bachelor's degree in Rural Education - Natural Sciences, which aimed to understand how the Guarani Mbyá people experience indigenous education in their lived experience at Tekoá Araçaí, located in the municipality of Piraquara, Paraná. It is the systematization of the collective understanding of our people, reported from personal experience, in dialogue with other Guarani indigenous people, and with books or articles that have already systematized a little of our culture and struggles. This work presents what the Guarani Mbyá people understand by Indigenous Education, which refers to the traditional education of indigenous people in their communities, and by Indigenous School Education, which is an institution that guarantees the right to basic education for indigenous people. They complement and nourish each other in the path of indigenous resistance

Keywords: Guarani Mbyá worldview; Indigenous Pedagogy; Indigenous School Education.

1 Introdução

Este trabalho é resultado da sistematização da compreensão do povo Guarani Mbyá sobre educação e educação escolar. Uma pesquisa realizada durante o Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LECAMPO) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Setor Litoral. Este curso tem sido um importante espaço de acolhimento à formação de educadores indígenas, e da própria articulação com a educação indígena. Um espaço que pode fortalecer nossos territórios, nossos direitos e nossa cultura em diálogo com outros territórios e culturas como, por exemplo, com os povos quilombolas, caiçaras, e com os movimentos sociais populares do campo.

O objetivo geral que orientou este trabalho foi compreender como o povo Guarani Mbyá faz sua experiência de educação indígena. Para essa discussão, partimos da experiência vivida na Tekoá Araçaí, localizada no município de Piraquara, Paraná. A educação indígena é parte da história de resistência de um povo e é importante destacar que, na diversidade de povos indígenas existentes no Brasil, cada um a comprehende e a faz de maneira diferente, mesmo que com algumas semelhanças. Registrar na linguagem escrita a experiência Guarani Mbyá é também compartilhar e dialogar com outras culturas, outros modos de vida e de resistir na terra.

Assim, este trabalho apresenta como o povo Guarani Mbyá entende a Educação Indígena, que ocorre para além do espaço da escola. Ela está presente na cultura, na organização, no trabalho coletivo, na preservação e na convivência com a natureza (as florestas, as águas, a terra). Por outro lado, a Educação Escolar Indígena, que se refere à escolarização, deve levar em consideração essa compreensão ampla que o povo Guarani Mbyá tem no processo de formação de suas crianças e de sua juventude.

A experiência da Escola Indígena Mbyá Arandu de ensino fundamental, localizada na Tekoa Araçaí, foi a base principal dessas reflexões, pois a Educação Indígena é feita por muitas mãos, dentro e fora da escola. Está na relação que fazemos com outros seres da natureza e está na história de resistência indígena que busca, acima de tudo, fazer existir o povo Guarani Mbyá.

Este texto também busca abrir outros canais de diálogo com a Educação do Campo, que se refaz constantemente a partir da realidade dos povos do e no campo e com a Universidade Federal do Paraná no sentido de fortalecer o acolhimento aos povos indígenas na educação superior e da compreensão de nossa cultura e diversidade.

2 Metodologia

Como metodologia para a investigação foram trabalhadas a pesquisa de campo em diálogo com a pesquisa bibliográfica.

Para a realização da pesquisa de campo, usamos como principal instrumento, o relato de nossa experiência e de outros indígenas do povo Guarani Mbyá, que há tempos resiste e busca estabelecer numa terra fazendo dela uma Tekoa. Esses relatos de experiências foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas entre os anos de 2021 e 2022, durante momentos de reuniões e assembleias entre territórios indígenas guaranis. Um desses espaços foi o “Encontro de Mulheres Indígenas” na Aldeia Koe Ju Porã, município do Turvo, Paraná. Foram entrevistados cinco (5) pessoas, sendo 3 da Terra Indígena Araçaí, e dois (2) professores indígenas que atuam em outras tekosas.

Também, como parte da pesquisa de campo, partimos da memória coletiva da Tekoa Araçaí em sua trajetória de luta, apresentando suas conquistas e seus desafios, e para isso foi fundamental a organização de um acervo fotográfico da autora desse trabalho e dos próprios indígenas entrevistados. A fotografia como fonte de pesquisa histórica nos auxiliou a visualizar momentos de processos sociais no “tempo e espaço”, fornecendo informações e auxiliando como “instrumento de reflexão” sobre o tema desse (Ciavatta, 2023, p. 16). Neste artigo, são apresentadas algumas das fotos deste acervo.

Também realizamos uma pesquisa bibliográfica (livros, artigos e legislações) sobre a educação escolar indígena e seu papel no fortalecimento dos povos originários. Foram estudados autores como: Souza Filho (2019), sobre os protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação dos povos e comunidades tradicionais; Bergamaschi e Medeiros (2010),

sobre a memória e a tradição na educação escolar indígena; a Constituição do Brasil de 1988; o Plano Nacional de Educação, sobre Educação indígena; e obras publicadas pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, Departamento de Diversidade, sobre intercâmbio e experiências pedagógicas de professores indígenas; entre outras fontes.

A investigação foi realizada no período de 2020 a 2022, gerando um trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (UFPR/Setor Litoral). Revisitando o trabalho original, foram feitas algumas atualizações e ajustes que se apresentam nesse artigo.

3 Resultados e discussão

3.1 A Educação Indígena

Existem vários indígenas que estão localizados em todo o território brasileiro. Entre eles, podemos citar os povos: Yanomamis e os Ticunas que estão localizados na região amazônica; os Pataxós localizados entre o sul do estado da Bahia e norte de Minas Gerais; os Terenas que estão localizados na região do estado do Mato Grosso do Sul; o povo Xavante localizados hoje na região do estado do Mato Grosso; o povo Kaingangs localizados na região sul e sudeste do Brasil; e o povo Guarani que está localizado na América do Sul em países como Argentina, Bolívia, Paraguai e no Brasil.

No Brasil, os povos Guarani estão em territórios nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Pará. O grande povo Guarani, denomina o lugar em que ocupam de Tekoa, que é o espaço físico que envolve a terra, a água, os animais, as plantas e toda a natureza, mas também é o “modo de ser e de fazer” a vida. Assim, a Tekoa carrega as relações entre as pessoas para construir sua vida junto à natureza. É o lugar da cultura indígena e suas crenças. É onde lutam espiritualmente e fisicamente pelos territórios que já foram ocupados pelos nossos ancestrais.

Os povos Guaranis que vivem no Brasil hoje são: o povo Guarani Kaiowá, ou Pâi-Tavyterã; o povo Guarani Ñandeva, ou Awá Guarani, e o povo Guarani Mbyá. O povo Guarani Kaiowá vive hoje em Tekoas no Mato Grosso do Sul e também no Paraguai. O povo Guarani Ñandeva vive hoje em Tekoas no Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Argentina e Paraguai.

O povo Guarani Mbyá existe e resiste na Argentina, Paraguai, e em Tekoas em vários estados do Brasil, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santos, Pará e Tocantins. Em toda a sua trajetória fizeram e fazem a luta pela demarcação das terras, pela saúde e educação. Como exemplo, citamos a Tekoa Araçaí, localizada no município de Piraquara no Paraná, na região metropolitana de Curitiba.

O povo Guarani Mbyá é um povo que é nascido para viver nas matas, com a natureza. Mbyá significa o povo verdadeiro que tem relação direta com deuses, com a natureza, e que tem na sua prática uma relação entre pensamento e sentimento. O povo Guarani Mbyá é um povo verdadeiro criado por *Nhanderu* (Deus) para viver com as matas e cuidar da natureza. Para nosso povo, Tekoa significa território, significa terra e cultura, significa a construção do viver indígena. Para os Guaranis Mbyás ela é um espaço educativo.

Como diz o Ananias Verissimo, através de uma entrevista que realizamos em agosto de 2022, a educação indígena vem do berço que as próprias comunidades têm. É um direito, reconhecer que a educação indígena vem primeiramente das nossas famílias, da nossa comunidade. Até que as crianças completem os sete anos, os pais ensinam com suas práticas do cotidiano e a partir da sua língua. Aos sete anos de idade as crianças vão para uma escola para serem alfabetizadas, e continuam com o processo educativo vinculado à escola.

Primeiramente, é importante reafirmar que as crianças indígenas têm o direito de serem alfabetizadas na língua própria, garantidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96). E por isso a importância de ter uma Escola Indígena dentro da Tekoa. Nessa escola, deve-se alfabetizar na língua indígena e portuguesa, e ainda, do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental, além de aprender a ler e escrever, as crianças podem continuar com práticas educativas direcionadas ao contexto da realidade das comunidades.

Destas práticas educativas, podemos citar como exemplo: as lutas, as crenças, os conflitos, os trabalhos coletivos, a organização, a culinária, a produção do artesanato, a preservação do meio ambiente, o uso das plantas medicinais, os cantos e danças, a religião, a própria história dos povos indígenas.

A comunicação entre os povos indígenas é bem importante para troca de saberes entre parentes que somos, e também para fortalecer a resistência de nossas comunidades diante de tantos ataques que diariamente vivenciamos. Fortalecer a resistência e trocar saberes entre nossos povos é parte também da educação indígena, e para isso a comunicação é bem importante. Hoje, os povos indígenas se comunicam através de celulares, e de aplicativos como

Facebook e WhatsApp para organizar reuniões para tratar de questões ligadas a políticas sociais, à economia, e seus impactos junto aos territórios indígenas.

A luta pelos direitos dos povos indígenas e a organização comunitária também educam. A Educação Indígena, no seu sentido mais amplo, ocorre a partir da vivência coletiva de seus povos, como fazem sua própria história, como se organizam e realizam suas lutas, como produzem conhecimentos coletivos, e como constroem a relação com o todo da natureza.

A vida Guarani Mbyá e seus valores estão presentes em todas essas ações, e são educativas. Os conhecimentos das famílias, os conhecimentos comunitários, os conhecimentos ancestrais, os conhecimentos da natureza, vivem e convivem na Tekoa e respiram a sabedoria dos anciões para poder resistir em sua cultura, de geração em geração.

A Tekoa educa. As lideranças indígenas educam. O xamoi (ancião que tem muita sabedoria) educa, a xaryi (anciã que faz os remédios naturais) educa. O Karai (liderança espiritual) educa. Os xejaryi (avós) educam. A opy (casa de reza) educa. O Mborahei (canto-reza) educa. A hembiapo mba`emo parare Va`e (artesã) educa. Nhanderu (Deus maior) educa. O Ipakora (círculo de reuniões e conversas onde se contam histórias) educa. O Ipararyxy (caminho que os guaranis fazem quando chegam em uma Tekoa) educa. O Arapyau (tempo novo) e o Arayma (tempo velho) educam. O jaexarau`á (sonho) para quem tem consciência de valorizar, também educa. O ritual nhemongaraí (batismo do milho) também educa, é sabedoria.

As associações indígenas, criadas mais recentemente, também tem um papel educativo importante. Por exemplo, podemos observar as reuniões da Assembleia da Associação Kuaray Haxa, composta pela articulação de algumas Terras Indígenas no estado do Paraná como, por exemplo, a Tekoa Rio das Cobras (Laranjeiras do Sul), a Tekoa Kuaray Guataporã (Guaraqueçaba), Tekoa Takuaty (Ilha da Catinga), e, Tekoa Araçaí (Piraquara).

As retomadas indígenas, a luta pela recuperação do território também fortalece a educação e dá condições para que os conhecimentos tradicionais possam ser vivenciados. Território é parte da cultura e da educação indígena. Por exemplo, podemos citar a retomada realizada na Floresta Estadual Metropolitana, município de Piraquara, que foi realizada pelos Guaranis Nhandewá em 9 de agosto de 2021.

As reuniões, as cerimônias, as danças, as pinturas no corpo, e também a luta de resistência dos povos são parte da educação indígena.

Para fortalecer a resistência indígena existe a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), que nasceu em 1980, antes mesmo da Constituição Federal de 1988, inicialmente com o nome de

Comissão de Terras Guarani Yvyrupa. Ela nasceu para fortalecer a luta pela demarcação de terra e reafirmar para os não indígenas que “Esse território é nosso”. Os anciões e anciãs guaranis entenderam que era necessário iniciar uma organização como povo guarani para trabalhar no fortalecimento da luta indígena (Comissão Yvyrupa, 2022)

O símbolo da Comissão foi criado em uma de suas assembleias e carrega várias forças indígenas representadas nos desenhos (Figura 1). Carrega uma pindo, uma palmeira que representa a força e a firmeza dos anciões, e um ajaka (cesto) com o grafismo de uma jararaca traz presente a simbologia de que se ela está em risco, estará pronta para a defesa. Essa simbologia também é usada nas pulseiras para nossa proteção. Carrega também o petyngua que simboliza a arte de falar, se expressar e se defender. O yvyrupa se refere à extensão de ocupação territorial do povo Guarani, uma extensão “que não tem limites”. Yvyrupa “é o nosso planeta”, é o “ambiente que Nhanderu (Deus) nos deixou” antes mesmo da colonização. Embora, queremos a demarcação para garantir o território dos indígenas (Comissão Yvyrupa, 2022).

FIGURA 1 - SÍMBOLO DA FORÇA DA COMISSÃO YVYRUPA



Fonte: Comissão Yvyrupa (2022).

Como Comissão Yvyrupa, ela nasce em 2006 numa parceria com o Centro de Trabalho Indigenista (CTI). Somente em 2014 ela é registrada com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Ela vem para fortalecer as lutas indígenas pela demarcação de terra, e fortalecendo também o modo de existência Guarani. Nossa foco é o “direito territorial” (Comissão Yvyrupa, 2022).

A Comissão Yvyrupa organiza também ações para o “bem viver nas tekoas” combatendo situações de violências e abusos. Essas ações são organizadas em algumas frentes que são: Encontro de Mulheres; Encontro de Jovens e Anciões; e Apoio para fortalecer as Casas de Reza e os roçados. Como a estrutura da Associação é não-indígena, torna-se um desafio fazê-la funcionar. Nesse sentido a forma de organização discutida é a partir da existência de

articuladores da Comissão nas diferentes regiões, se dividindo em Coordenações regionais e estaduais, além dos representantes legais junto à associação que são chamados de tenondere ikuai va'ekuery (coordenadores). Esses coordenadores não recebem apoio financeiro pela sua tarefa. As comunidades guaranis são as bases da Comissão Yvyrupa, e de três em três anos, faz uma assembleia geral para discutir os caminhos a seguir. Nossa grito é “Aguyjevete para todos na luta!” (Comissão Yvyrupa, 2022).

A participação da juventude, das mulheres e lideranças na Comissão Yvyrupa, criada pelos povos indígenas é também parte da educação indígena, pois fortalece a luta, a diversidade cultural e a participação política na decisão de resistir.

A resistência indígena existe desde o momento da colonização do Brasil. Nos últimos anos uma das principais lutas dos povos indígenas tem sido contra o “marco temporal” no processo de demarcação de terras. O marco temporal, também chamado de tese de Copacabana, é uma tese jurídica que nasce no julgamento da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada no estado de Roraima, que ocorreu em 2009. Neste julgamento, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o uso da terra ocupada pelos indígenas deveria ser garantido apenas as que estivessem em posse na data da publicação da Constituição de 1988. Durante o governo de Michel Temer (agosto de 2016 a janeiro de 2019), a situação da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol se estendeu para todos os processos de demarcação.

Para os indígenas, o marco temporal nega que nós existíamos neste território antes do processo de colonização. Nega a nossa cultura, o nosso canto, a nossa ciência, coloca os colonizadores como donos da terra e nós indígenas como invasores destas terras. Um trecho da carta abaixo foi construída pelo povo Guarani Mbyá da comunidade indígena Morro dos Cavalos, localizada no município de Palhoça em Santa Catarina, que foi enviada ao governo, mostra que a demarcação da terra é a base para a garantia da existência de nossa cultura.

Tudo era livre e hoje está tudo sendo proibido para nós. Para fazer roça, como antigamente, nós já não podemos. Mas pelo menos esse pedaço de terra que estamos querendo demarcar tem que ser reconhecido, porque se tirarem de nós até esse pedacinho, não teremos mais nada. (...). Queremos a garantia da terra para viver nossa cultura com liberdade, cultivar nossa terra, ensinar nossos filhos e nossos netos. Porque hoje em dia, com a falta de uma terra verdadeira para nós, não podemos viver nossa vida e nossa cultural (nhandereko) completamente. (Carta da Comunidade Morro dos Cavalos, SC. Relatório de Identificação 2002 In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, ISA, 2016, n.p.)

Nessa comunidade moram cerca de 600 indígenas Guarani Mbya, que aguardam a assinatura do presidente desde 2008 para homologação da tekao. Esta comunidade tem uma escola indígena que vai do Ensino Fundamental até o Ensino Médio.

Para que a educação indígena se fortaleça é necessário a demarcação da terra. Nossa Tekoa Araçaí era chamada antigamente de Tekoa Karuguá. Ela foi formada por famílias que vieram da região do município de Chopinzinho e que se estabeleceram no município de Piraquara, onde ela está localizada.

A história de nosso povo na luta pela demarcação da Terra Indígena Araçaí, é parte da educação indígena. Nela, é possível perceber que a educação indígena ocorre para além do espaço da escola, ela está no dia-a-dia com práticas educativas que envolvem a cultura, a organização, o trabalho coletivo, a preservação da natureza e inclusive a brincadeira das crianças. Tekoa é resistência, é cultura, é educação indígena. Onde vivem as crianças, jovens, adultos e os anciões enfrentando a dor, a tristeza e alegria.

3.2 Educação Escolar Indígena

A educação escolar indígena é uma instituição pública que garante aos povos indígenas o direito de ter uma educação específica e diferenciada. A Constituição Federal de 1988 indica que todos os povos tem direito à sua organização social dentro de suas aldeias. No capítulo 8, artigo 231 “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Brasil, 1988, n.p.)

A partir desta Constituição, a escola específica para os povos indígenas deve cumprir a função de ser uma escola promotora da língua originária, das suas culturas, tradições e de seus direitos, em permanente diálogo com outras culturas. Antes deste momento, a educação para os povos indígenas, era de que deveria ser uma escola para os povos originários, e não uma escola construída conjuntamente com nosso povo.

Em nível internacional, em junho de 1989, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), definiu em sua conferência geral uma nova Convenção Sobre os Povos Indígenas e Tribais, redefinindo as primeiras recomendações escritas em 1957. Ela se chamou “Convenção no. 169 da OIT”, e indicava que os governos deveriam assumir a responsabilidade de desenvolver junto com os povos indígenas, ações para proteção dos direitos destes povos. No

artigo 05 desta convenção, indica que deverão ser reconhecidos e protegidos “os valores, práticas sociais, culturais religiosas e espirituais” próprias de cada povo (OIT, 1989, n.p.).

Isto é parte dos direitos fundamentais dos povos indígenas, o que também exige a demarcação de suas terras e a construção de instituições escolares que respeitem e não violem suas culturas. Na parte 05 e 06 desta convenção são apresentadas orientações em relação a segurança social, saúde, educação e meios de comunicação, onde os governos deverão prestar serviços planejando de forma conjunta com os povos indígenas. Com relação à educação, os artigos 27, 28 e 29 afirmam que é necessário abranger a história, seus conhecimentos, sua cultura e valores, indicando também que é necessário o governo criar instituições escolares junto com esses povos, preservando sua língua materna.

A constituição de 1988 marcou dois direitos básicos aos indígenas – o direito de “ser” e o direito de “estar”. A OIT 169 marca também o direito à autonomia e à consulta, o que possibilita que os povos indígenas escolham quem vai atuar na escola indígena através da carta de anuência, juridicamente respaldado por essas duas leis. (Souza Filho et al., 2019)

Mesmo que a OIT tenha sido promulgada internacionalmente na década de 1980, é somente em 2002, no Governo Lula que o Brasil a reconhece (ratifica), e no ano de 2004 ela é regulamentada a partir do Decreto 5051, e consolidada no ano de 2019, através do Decreto 10.088 (Souza Filho et al., 2019).

Assim, os povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais tem o direito ao seu auto reconhecimento e auto identificação. Tem o direito a serem consultados por qualquer ação que seja proposta nos seus territórios de origem. O Estado ou qualquer outra entidade pública ou privada tem a obrigação de consultar os povos indígenas.

No Brasil, a partir da Constituição de 1988, outras leis que foram construídas deram base para o fortalecimento da educação escolar indígena. Por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de dezembro 1996, alterada pela Lei nº 11.645 de 2008 e que tornar obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena há ainda o Decreto nº 6.861/2009 que discorre sobre a Educação Escolar Indígena e define a sua organização nos territórios indígenas, onde a União, os estados e os municípios devem cooperar para tornar possível a oferta dessa modalidade de ensino a diversidade de povos indígenas brasileiros.

Estas leis e decretos indicam que os governos deverão apoiar a educação intercultural junto às comunidades indígenas, “fortalecendo práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena” e também manter programas de formação direcionado à “educação

escolar nas comunidades indígenas". Também deve desenvolver currículos específicos incluindo os conteúdos da cultura das comunidades e elaborar "material didático específico e diferenciado" (Brasil, 1996, n.p.).

Assim, a educação escolar indígena no Brasil é uma instituição que deve garantir o direito aos povos indígenas uma educação diferenciada que garanta a presença da língua de cada povo, assim como sua história, cultura, valores e modo de vida.

3.2.1 Quando surgiu a Educação Escolar Indígena?

Para Bergamaschi e Medeiros (2010), a educação escolar indígena começa na década de 1970 com um movimento de organização dos povos originários apoiado por setores da igreja, por universidades e por Organizações Não Governamentais (ONG's). Junto com os movimentos indígenas em nível internacional, os povos no Brasil levam suas reivindicações pelo direito à educação específica, à saúde e à terra.

A lei que fundamenta a Educação Escolar Indígena a partir da Constituição Federal de 1988, é a Lei no. 10.172, publicada em 09 de janeiro de 2001. Esta lei regulamenta o Plano Nacional de Educação, e tem um capítulo especial para a educação escolar indígena, o capítulo 09. Neste capítulo, a importância de ser uma educação "diferenciada, intercultural e bilingue" (Brasil, 2001). Indica que a responsabilidade da educação indígena foi transferida da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Educação e suas secretarias estaduais e municipais.

O documento também orienta que a proposta de uma escola indígena, deve ser bilingue, e hoje ainda trilíngue (língua materna, português e espanhol ou inglês) a fim de fortalecer a interação cultural, e que ela deve priorizar professores indígenas das próprias comunidades, para os quais deve ser realizada a formação inicial e continuada. Essa formação deve capacitar professores para a elaboração de currículos próprios e construir metodologias específicas para o ensino para os povos indígenas.

De acordo com as orientações do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), de 1998, na educação infantil, o professor ideal para a escola indígena é o professor indígena. Somente ele é capaz de garantir que a escola indígena seja comunitária: porque conduzida pela comunidade indígena, de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios. Porém, é importante mantermos professores não indígenas que já são

preparados para atuarem nas aldeias, que conheçam e respeitem a cultura e o modo de viver dos pais e crianças. Por isso a importância da “carta de anuência” para estabelecer um vínculo entre a comunidade e o professor não indígena.

A Educação Escolar Indígena foi aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte com a Constituição Federal promulgada no dia 5 de outubro de 1988, durante o governo do Presidente José Sarney. Conhecida com constituição cidadã, a Constituição da República Federativa do Brasil restabeleceu a democracia após 21 anos de ditadura militar no Brasil. (Brasil, 1998).

A escrita da língua guarani vem sendo introduzida nas escolas indígenas das aldeias Mbyá com maior ênfase a partir de 1997 (Instituto Socioambiental - ISA, 2016). A alfabetização na língua Guarani Mbyá é a característica mais forte de uma educação diferenciada. A língua de um povo é a principal raiz de sua cultura, e a partir dela é que se crescem os frutos e geram novas sementes, novas gerações. Para isso, formar professores indígenas que trabalhem nas escolas indígenas a partir de seus conhecimentos e em diálogo com outras culturas é um passo necessário para o avanço de nossas lutas.

Outro passo importante para fortalecer a proposta da educação escolar indígena nas tekoas é a organização de intercâmbios entre comunidades guaranis no estado do Paraná. Nesses encontros, também se discute a educação escolar indígena. Esses encontros tem contribuído muito para o diálogo entre os povos indígenas e também para construir caminhos e metodologias a partir de nossa cultura.

3.2.2 A Educação Escolar Indígena na Tekoa Araça í

A Tekoa Araça í está localizada no município de Piraquara. Tem aproximadamente 30 famílias e 80 pessoas. A aldeia indígena foi fundada em 1999 com apoio do indigenista ex-Secretário de Meio Ambiente de Piraquara, Jorge Roberto Carvalho Grando. Na época vieram três famílias: o Hortêncio Hercio, o senhor Marcolino e as demais pessoas. Vieram de Palmeirinha, Município de Chopinzinho. Atualmente, vivem na Tekoa Araça í integrantes dos povos Guarani Mbyá, Guarani Nhandewa, Awá Guarani.

No começo da ocupação do território foi muito difícil por ser área de preservação ambiental. Com o passar do tempo o chefe do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) pediu que as pessoas saíssem do território para não poluir a represa que abastece a região de

Curitiba. Foi ali que começa a força e coragem de nossa guerreira Florinda Jera Rete. Ela se tornou a primeira cacica da Terra Indígena de Araçá-i. Lutava, junto com outras lideranças pela educação, saúde e pelos direitos dos povos indígenas. Ela conhecia os direitos e deveres dos cidadãos e sempre resolia problemas internos dentro da aldeia conforme a organização da comunidade.

A Jera Rete era uma mulher solteira que teve três filhos. Nunca chegou a procurar a justiça para cobrar a pensão das crianças. Por ser uma pessoa de bom coração, só ajudava os que precisavam tanto na saúde, quanto na educação, quanto na justiça. Ela era professora também.

Antes da chegada da escola, as crianças eram ensinadas na Casa de Reza por Gilmares Guilherme de Silva, Nhe'engatu Mirim (Figura 2). Ele foi o primeiro professor da Aldeia Araça'í. Ele quem começou a alfabetizar as crianças na Casa de Reza antes da chegada da Escola. A primeira escola foi a Casa de Reza para os Guarani Mbyá, e a primeira língua que as crianças aprendem desde o primeiro dia é a língua indígena. Por exemplo, tata, eju, e moî quando chama o avô.

FIGURA 2 - PROFESSOR GILMARES GUILHERME DA SILVA



Fonte: Foto de capa do livro: PARANÁ-SEED (2011).

Nesta foto está presente Gilmares Guilherme da Silva (segunda pessoa da esquerda para a direita) que na época era o único professor que atuava na escola Mbyá Arandu. Foi ele quem abriu o caminho da educação para os demais professores da aldeia Araça'í. Antes mesmo da chegada da escola na aldeia, ele ensinava e alfabetizava as crianças dentro da Casa de Reza, porque ele já tinha conhecimento da escolaridade indígena desde onde ele morava. Ele tinha a preocupação de que as crianças não poderiam viver sem alfabetização. Elas precisam aprender a escrever a nossa própria língua. As crianças Mbyá precisam ser alfabetizadas na primeira língua que é a língua Guarani Mbyá e em segundo, na língua portuguesa.

Os nossos professores são os mais velhos da aldeia. Alguns são pessoas religiosas que fazem cura e fazem remédios medicinais quando preciso. Através dos mais velhos, que os professores guaranis aprendem e repassam esses conhecimentos para as crianças na escola, e também acompanham os professores não indígenas. A escola é um centro de fortalecimento e valorização da cultura. Ela está ligada à comunidade e a comunidade está sempre ligada à escola e à casa de reza.

Antes da chegada da escola, Gilmares alfabetizava as crianças na Casa de Reza. Ele tinha a preocupação de que as crianças não podiam ficar sem alfabetização, e começava alfabetizar na língua própria, ensinando os números, os nomes das pessoas, os nomes de animais, e das famílias. A mãe do Gilmares ajudava na alimentação para as crianças através de doações.

Um dia chegou na aldeia uma visita do Colégio Bom Jesus (Piraquara) que tinha um projeto com a Terra Sem Males, vinculado à igreja. Nesta visita, um professor se comprometeu de construir um espaço cultural para a comunidade de Araça-í, através de uma ação benéfica.

No ano de 2004 passou a ser reconhecida pelo governo do estado e nesta ocasião os professores junto com a comunidade e nosso então cacique Marcolino, escolheram colocar o nome da escola como Mbyá Arandu – Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental.

Atualmente a Escola Mbyá Arandu atua na primeira fase do Ensino Fundamental (1º. ao 5º. ano) no período da tarde, e na segunda fase (6º. ao 9º. Ano) no período da manhã. Possui 5 professores indígenas da própria Tekoa, todos eles com curso de graduação (Licenciatura em Educação do Campo e Licenciatura Indígena), e 06 professores não indígenas, ou Juruás.

Atualmente, a Escola Mbyá Arandu está passando por uma reformulação de seu Projeto Político Pedagógico, com a participação de toda a comunidade. Várias reuniões foram construídas para discutir e sistematizar a escola indígena que queremos como comunidade Guarani Mbyá. É um direito e uma obrigação as comunidades indígenas serem consultadas também para a construção de seu projeto de escola.

Por ser uma escola indígena, ela deve ser um lugar de resgate de nossas práticas culturais, de nosso modo de vida, de nossa língua, e fortalecer a resistência de nosso povo. Neste sentido, os princípios pedagógicos que envolvem a educação escolar indígena devem levar em conta que a educação indígena ocorre para além do espaço escolar, mas também deve passar especialmente pela escola. A coletividade, a organização para a resistência e a cultura são princípios educativos do povo Guarani Mbyá que precisam estar presentes na Escola.

Também é importante que esteja presente na Educação Escolar Indígena o diálogo entre as culturas. Como exemplo podemos citar uma experiência de construção de máscaras junto às crianças, no Dia da Consciência Negra no mês de novembro, ou a construção de um painel com arte africana, construído com crianças de 07 a 09 anos de idade no Ensino Fundamental.

Para fortalecer a Educação Escola Indígena e as próprias comunidades fazemos vários encontros que são realizados em diferentes tekoas. Em alguns destes encontros, aproveitamos para dialogar com outras experiências de educação indígena, encontrando professores que em outras terras fazem acontecer nas escolas nossos princípios educativos.

O relato de Sebastiana Krexú Palácio e Rivelino Gabriel da Tekoa Koê Ju Porã (Turvo, Paraná), realizado no Encontro de Mulheres Indígenas que ocorreu na Escola Indígena Arandu Pyau desta tekoá, indica que no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), os professores que atuavam nas escolas para os povos indígenas não permitiam que falassem sua língua materna e que era difícil entender o que era trabalhado na escola. No caso de Rivelino, ele desistiu no terceiro ano por não aguentar as situações que ocorriam no ambiente escolar.

Com a Constituição Federal de 1988, Rivelino continuou sua militância na luta por uma Educação Escolar Indígena em que pudessem estudar na língua materna. Assim como muitos outros indígenas na luta pela resistência indígena, assumiram a luta por uma Educação Escolar Indígena.

3.3 A Educação Guarani Mbyá a partir da experiência da Tekoha Araçaí

As crianças indígenas não são educadas, mas orientadas. Não aprendem a ser vencedores, porque, para uns vencerem, outros tem de perder. Aprendem a partilhar o lugar onde vivem e o que têm para comer. Tem o exemplo de uma vida onde o indivíduo conta menos do que o coletivo. Este é o mistério indígena, um legado que passa de geração para geração. O que as nossas crianças aprendem desde cedo é pôr o coração no ritmo da terra. (Ailton Krenak)

A Educação Guarani Mbyá na experiência da Tekoa Araçaí é um processo que envolve a educação escolar indígena, mas que está para além dela. Ela está na relação com a natureza, na cultura e na construção coletiva.

A Educação Guarani Mbyá é composta por conhecimentos, sabedorias, crenças, organização, valorização da cultura e da linguagem. Mas, algumas destas bases estão se perdendo no decorrer dos tempos, o que nos coloca em alerta para o sentido de compreender as causas dessa situação, mas ao mesmo tempo de encontrar caminhos para que esses conhecimentos possam ser recuperados e aprendidos pelas novas gerações.

A Educação Mbyá se relaciona com a natureza e com universo. Na educação Mbyá existem várias formas de educação. Elas se expressam no espaço escolar, no espaço onde se vive, no espaço sagrado. Dentro da Educação Indígena Guarani Mbyá, esses conhecimentos se expressam em vários espaços a partir da: 1) Educação religiosa; 2) Educação familiar; 3) Educação social; 4) Valorização da cultura; 5) e da Educação Escolar Indígena. Essas formas se integram no dia a dia da Tekoha. Abaixo, descrevemos cada uma delas.

3.3.1 Educação Religiosa

A Educação religiosa ocorre a partir da xejaryi e do xeramoi, que dão conselhos para as pessoas quando eles se organizam para saírem em algumas lutas ou em alguns movimentos que acontece em qualquer lugar. Os Mbyá kuery tem costume de se reunir na casa de reza antes de saírem para suas lutas. Enquanto as lideranças, jovens e mulheres saem para alguns movimentos, o restante da comunidade acompanha o xeramoi e xejaryi pedindo para o nhanderu dar forças para todos aqueles que se encontram fora da aldeia. A casa de reza é considerada um espaço sagrado. É um lugar de conselhos dos xeramoi e xejaryi, e de todos os mais velhos. É um lugar de cura, de cantos e danças onde as pessoas religiosas se conectam com os deuses.

A Figura 3 mostra os estudantes indígenas indo pra casa de reza com os professores Mbyás e com o xeramoi Marcolino no dia da aula de língua guarani. Os estudantes aprendem através das práticas e da escrita.

FIGURA 3 - CAMINHO PARA A CASA DE REZA



Fonte: Foto de Neiva Gabriel Fernandes (2022).

Os Guaranis Mbyás têm uma relação espiritual com a natureza. O milho (Avati) é uma planta sagrada usada no batismo das crianças, onde é dado seu nome Guarani Mbyá. Além

disso, é parte de sua base alimentar, assim como a mandioca (mandiô), o feijão (kumanda), o amendoim (manduyí), a abóbora (andai) e a batata doce (jety).

As lideranças espirituais, *Xeramoi* e *Xejaryi*, anciãos que guiam os saberes e práticas Guarani Mbyá, e que fazem parte de seu modo de vida (*Nhandereko*). A música e o canto, ou o canto-reza (*Mborai*), assim como o uso do *petynguá* (cachimbo feito por guarani) são formas de ligação com nossa espiritualidade.

3.3.2 Educação Familiar

As crianças aprendem diversas coisas no dia a dia por conta das novas tecnologias. Por isso é importante os conselhos dos mais velhos, dos anciãos, apontando valores que fazem parte de nossa cultura. Entre esses conselhos, destacamos o respeito e o amor ao próximo, a importância de compartilhar os alimentos ou moradia com os parentes, ajudar o próximo, mostrar o respeito aos mais velhos, evitar aproximação das meninas com os homens que já passam para fases adulta ou com os mais velhos que não sejam o pai ou irmão legítimo. Essa intenção é de proteger jovens, adolescentes e crianças de qualquer violência. As mães e os pais tem direito de repassar o que aprenderam quando eram crianças.

Os conselhos também buscam evitar ações que expressam desrespeito, brigas, agressões, entre outros. As crianças indígenas Guarani Mbyá aprendem através do olhar, e pensam que todas as coisas são boas. Por isso quando os pais são agressivos, as crianças acabam aprendendo. Nesse sentido, o papel da família indígena é de orientar e guiar os bons ensinamentos juntamente com os anciãos da comunidade, juntamente com as lideranças espirituais.

Durante o período de isolamento social por conta da Pandemia de Covid-19 (2020-2022), os Mbyá kuery receberam algumas doações nas aldeias. As doações eram sempre divididas para todas as pessoas. Esse sentido da partilha de alimentos é parte da Educação Indígena que ocorre na Tekoa Araçáí.

3.3.3 Educação Social

A Educação social passa pela organização das comunidades indígenas e pelos trabalhos realizados coletivamente. Está presente nas mobilizações e na participação dos indígenas na luta, está nas retomadas dos territórios e na defesa dos direitos indígenas.

Vários integrantes da Tekoa Araçaí participaram das últimas mobilizações que ocorreram na capital do país, Brasília, como por exemplo os Acampamentos Terra Livre. No ano de 2019, alguns de nossos representantes participaram desta mobilização. Antes de que saíssem da Tekoa, participaram de nossos rituais de proteção que ocorreram na Casa de Reza.

Para os Guaranis Mbyás, os indígenas sempre devem estar de mãos dadas para resolver as suas questões. As comunidades Guarani Mbyá escolhem seus representantes para fazer parte das lutas e representá-las nos espaços de debate e de fortalecimento da resistência indígena.

A educação social ocorre dentro das comunidades, na relação entre os povos indígenas guaranis e na relação com outros povos indígenas que estão espalhados pelo Brasil. Assim, as visitas em outras aldeias são importantes. Um exemplo, foi a visita à tekoa guarani Kuaray Haxa (Raio de Sol), localizada no litoral do Paraná, na divisa dos municípios de Antonina e Guaraqueçaba. Essa Tekoa foi bastante afetada pela sobreposição de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, chamada de Reserva Biológica Bom Jesus. Nesta visita, fomos recebidos com cantos e danças como forma de agradecimento e de cumprimento verdadeiro de nossos antepassados. Nos reunimos na Casa de Reza com nossos parentes, junto ao cacique Rivelino e sua esposa Elza Jaxuka.

3.3.4 Valorização da Cultura

A cultura Guarani Mbyá está presente na produção dos artesanatos que são produzidos para uso próprio, mas também para geração de renda. Os principais produzidos na Tekoa Araçaí são os cestos que carregam os nossos grafismos, os colares e pulseiras, e os “bichinhos” que são esculturas de animais feito em madeira.

Nossa cultura também está presente na relação de respeito e de integração com a natureza e na forma de produzirmos alimentos a partir de nosso calendário. Está na construção de nosso território e na defesa de nossos direitos perante os povos não indígenas. Está no fortalecimento da Casa de Reza, está nos nossos rituais de passagem, proteção e morte, está na forma como cantamos a vida e a natureza, está nas orientações de nossos anciãos, de nossos líderes espirituais. Está presente na Escola Mbya Arandu. Está presente em nossa língua e na forma como damos o nome indígenas às crianças. Está na forma como educamos as crianças. Está na forma como usamos as plantas medicinais. Essa identidade cultural carregamos para

onde vamos, fazendo o diálogo com outras culturas. Ensinamos um pouco de nosso povo e aprendemos de outros povos.

Nossa cultura representa a resistência do povo Guarani Mbyá, e na educação escolar indígena elas são vivenciadas na forma de oficinas como, por exemplo, a de Angu’apu (tambor), que ocorreu no mês de setembro de 2022. As cascas ou os restos da madeira retiradas na construção do tambor foram devolvidas no meio da mata para que ninguém passasse por cima. Por ser uma planta sagrada para os povos Guarani Mbya, é preciso recolocá-la nas matas. Também, nas oficinas de confecção de artesanatos, discutimos os significados e simbologias.

A cultura Guarani Mbyá também está presente nos colares e pulseiras produzidos com sementes de kapi`i`a (lágrimas de Nossa Senhora), ou com as sementes de yvaum, também chamada de Saco de Padre, uma semente sagrada que é utilizada pelos Guarani Mbya para a identificação de nosso povo, e como proteção. Esta é mais utilizada pelos líderes espirituais na Casa de Reza para uma cura, ou cerimônias, ou ainda quando os indígenas vão para suas lutas.

3.3.5 Educação Escolar Indígena

A escola indígena é entendida como espaço onde as crianças Mbyás aprendem a ler e escrever na língua própria. Um espaço que deve cultivar e fortalecer nossa cultura através do processo escolar. Como já comentamos anteriormente, a Educação Indígena vai além da escola, mas também passa por ela. São várias as práticas de Educação Indígena que ocorrem dentro do espaço escolar, como por exemplo, a produção de comidas típicas do povo guarani, e no ato de alimentar-se coletivamente. Através da culinária as crianças se conscientizam de que os alimentos Mbyá eram diferentes do que consumimos hoje. Através da aula prática os alunos aprendem a conhecer a vida dos povos indígenas de antigamente e a vida dos povos atuais.

A Educação Escolar Guarani Mbyá deve fazer o diálogo entre os conhecimentos científicos e tradicionais dos povos Mbyás. Dentro da escola são desenvolvidas as atividades direcionadas às realidades dos alunos, principalmente nas disciplinas de Artes e Língua Guarani Mbyá. As crianças aprendem a fazer os grafismos e seus significados. Também aprendem os significados de todas as práticas culturais do povo Guarani Mbya. Na escola, o primeiro passo é que as crianças Guarani Mbya sejam alfabetizadas na língua materna e em português, seguindo com seus estudos até as séries finais.

Os Guaranis Mbyá sempre estiveram com outros povos caminhando juntos, ocupando os espaços e defendendo os direitos dos povos tradicionais. Temos o direito de resistir e manter viva nossa cultura, caminhando juntos com outros povos.

4 Considerações finais

Este artigo buscou sistematizar o conhecimento coletivo Guarani Mbyá sobre a Educação Indígena e a Educação Escolar Indígena a partir da experiência construída na Tekoa Araça'í.

É importante destacar que a Educação Indígena para os povos guaranis está presente na própria organização do território indígena, está na sua cultura, nas aprendizagens com as lideranças espirituais, está presente na Casa de Reza, no dia a dia das famílias indígenas, na brincadeira, no fazer da luta pela resistência.

Mas ela está presente também no espaço escolar, ou na Educação Escolar Indígena. Uma das principais conquistas da escola indígena é que as crianças tem o direito de aprender a ler e escrever antes em sua língua materna, e depois na língua não indígena. Na escola indígena é fundamental que se trabalhe a cultura indígena para fortalecer a resistência de nosso povo.

Para o povo Guarani Mbyá, é importante também aprender com outros povos, e esse processo ocorre nos momentos em que nos encontramos, que fazemos a luta, que compartilhamos experiências, que conversamos sobre nossos direitos, e nos organizamos na Comissão Yvyrupa.

Que estes escritos, ao registrar um pouco da memória do povo Guarani Mbyá, de sua educação e da experiência da Escola Mbya Arandu, possa contribuir para que os povos não indígenas, compreendam a história, a cultura, a ancestralidade e as lutas do povo indígena.

Referências

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. História, Memória e tradição na Educação Escolar Indígena: o caso de uma Escola Kaingang. *In: Revista Brasileira de História*. Dossiê História, Educação e Interdisciplinaridade. v. 30, n. 60, 2010.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira (LDB)**. Lei no. 9394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. MEC. **Referencial Curricular para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1988.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Educação Indígena. Publicada em 09 de janeiro de 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm#:~:text=LEI%20No%2010,172%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202001.&text=Aprova%20o%20Plano%20Nacional%20de,com%20dura%C3%A7%C3%A3o%20de%20dez%20anos. Acesso em janeiro de 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9.394/96, Brasília, dezembro 1996.

BRASIL. **Decreto nº 6.861/2009**. Estabelece a educação escolar indígena com a participação dos povos indígenas. Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional o Ensino obrigatório da "História E Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, março de 20208.

CIAVATTA, Maria, et all. **A fotografia como fonte de pesquisa: da história da educação à história de trabalho-educação**. Uberlândia: Navegando Publicações. 2023.

COMISSÃO YVYRUPA. **O que é a Comissão Yvyrupa?**. Produção: O Riacho; NICFI, 2022. Video: 6:23 min. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=5-7I4no06Go> Acesso em fevereiro de 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Guarani Mbyá. *In: Povos Indígenas no Brasil. PIB*. Online: ISA, 2016. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Mbya Acesso em fevereiro de 2023.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de; SILVA; Liana Amin Lima de; OLIVEIRA, Rodrigo; MOTOKI, Carolina; GLASS, Verena (org.) **Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019.

OIT. **Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho**. 1989, n.p.

PARANÁ – SEED. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação da Educação Escolar Indígena. **Relato de Intercâmbio entre Comunidades Guarani**. Curitiba, PR: SEED/PR, 2011.

PARANÁ -SEED. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação da Educação Escolar Indígena. **Nhandereko Jaikuaave Aguã – Guarani Nhandewa**. Curitiba: SEED – Pr., 2011.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Experiencias Pedagógicas de Professores Guarani e Kaingang**. Cadernos temáticos da diversidade. Curitiba: SEED-PR, 2010. 120p.

SEED-PR. **Ler, escrever e ser Guarani no Paraná: Experiências Pedagógicas de Professores Guarani e Kaingang**. Cadernos Temáticos da Diversidade. Curitiba: SEED-PR, 2010.